Nova Identidade

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Grande ABC - Filiado à Fetec SP/CUT e Contraf/CUT - Março/2009

8 de março

Alegria

Coragem

Amizade

Força

Paz

Garra

Doçura

Nada mais feminino...

A garra é feminina

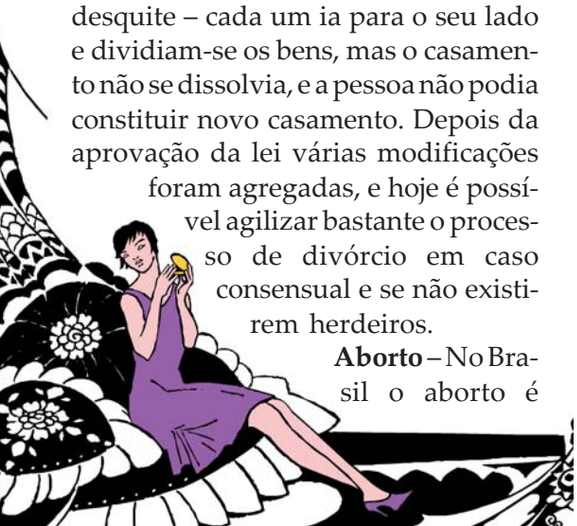
Não é de hoje que as mulheres lutam por igualdade de direitos. Consideradas moedas de troca para aumentar o patrimônio das famílias, meras reprodutoras sem direito a voz ou voto, trabalhadoras de segunda classe com salário menor do que o dos homens ou puro objeto sexual, elas têm conseguido responder à altura com sua garra em busca de justiça. Acompanhe, nestas páginas, um pouquinho dessa história no Brasil e mulheres cujas atuações têm contribuído para mudar esse quadro. Uma luta diária que ainda vai longe, mas já faz parte do dia a dia das brasileiras, principalmente das gerações mais jovens, que nas últimas décadas têm vivenciado conquistas e atitudes de suas mães e avós.

Passo a passo, uma nova identidade

Conquistas no último século, temas polêmicos e os direitos que ainda têm de vir

Voto - Faz só 77 anos que a brasileira ganhou o direito de votar nas eleições nacionais. Ele foi obtido no Código Eleitoral Provisório, de 24 de fevereiro de 1932. Mesmo assim, se permitia apenas que mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria pudessem votar. As restrições ao voto feminino só foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934. No entanto, o código não tornava obrigatório este voto, apenas o masculino. O voto feminino sem restrições só passou a ser obrigatório em 1946. Começou pelo Rio Grande do Norte: em 1927, o Estado se tornou o primeiro do País a permitir que as mulheres votassem nas eleições. A conquista regional beneficiou a luta feminina pela expansão do chamado "voto de saias" para todo o País.

Divórcio – A lei do divórcio demorou 20 anos para ser aprovada, o que só ocorreu em 1977. Até então, quem casava e detestava a vida a dois estava destinado a esperar pela morte (do cônjuge, claro) para comemorar a separação. Caso a convivência fosse insuportável, havia a possibilidade do desquite – cada um ia para o seu lado e dividiam-se os bens, mas o casamento não se dissolvia, e a pessoa não podia constituir novo casamento. Depois da aprovação da lei várias modificações foram agregadas, e hoje é possível agilizar bastante o processo de divórcio em caso consensual e se não existirem herdeiros.



Aborto – No Brasil o aborto é proibido por lei e passível de punição para a mulher e o médico que o praticou. Mesmo em caso de gravidez indesejada, quando a mulher não quer ter o filho, ou quando há constatação de anencefalia no bebê, não é permitido – recentemente uma liminar abriu precedente para mudança nessa última condição, mesmo assim após longo e polêmico embate jurídico. O aborto é tipificado como "crime contra a vida" pelo Código Penal brasileiro. Já o artigo 128 do Código Penal dispõe que não se pune o crime de aborto nas seguintes hipóteses: quando não há outro meio para salvar a vida da mãe ou quando a gravidez resulta de estupro.

Violência doméstica – A violência praticada contra mulheres dentro de casa é um problema que se repete no mundo todo, independentemente da classe social. No Brasil os últimos anos registraram avanços como a aprovação da Lei Maria da Penha e novos canais de denúncia. A Lei Maria da Penha foi aprovada em agosto de 2006 e possibilita que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham prisão preventiva decretada, sem benefício de penas alternativas (como pagar cestas básicas, por exemplo). Também aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos.

Crimes passionais – A menina Eloá, a jornalista Sandra, a atriz Daniela Perez, a *pantera* Ângela Diniz. Todas essas mulheres foram mortas por homens em que confiavam e se diziam apaixonados por elas. No Brasil, durante muito tempo esses eram considerados "crimes de honra", sem punição para o agressor. Felizmente, por pressão da própria sociedade, o entendimento dos juristas mudou, e os casos passaram a ser tratados como realmente são; ou seja, crimes premeditados, em que o autor planeja com antecedência o assassinato. Mesmo assim, a Justiça tarda e falha: no caso da jornalista Sandra, mesmo com a confissão, o assassino continua fora da cadeia.

Política de Cotas - Em 1996, o Congresso Nacional instituiu o sistema de cotas na Legislação Eleitoral que obrigava os partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais. No ano seguinte, o sistema foi revisado e o mínimo passou a ser de 30%. A política foi aplicada também a outras instâncias – no próprio Sindicato, por exemplo, é preciso que a composição da chapa tenha no mínimo esse percentual de mulheres. Assim, por intermédio das cotas fica garantido o espaço para a participação feminina.

Trabalho – A mulher sempre foi considerada mão de obra barata. Mães e suas crianças já eram exploradas desde as lavouras até o início da industrialização no Brasil. O salário feminino continua menor do que o masculino, mesmo em igual função. A mulher também tem de conviver com a dupla jornada (quando não tem um companheiro que compartilhe de fato as responsabilidades ou quando cuida sozinha da casa e dos filhos) e está no topo da lista de demissões, já que ainda existe a idéia retrógrada de que pode ser "sustentada" pelos pais ou marido. Mas há conquistas importantes a destacar, como a licença-maternidade e o auxílio-creche.

Pioneiras na Política

Primeira Prefeita - A primeira mulher escolhida para ocupar um cargo eletivo é do Rio Grande do Norte. Foi Alzira Soriano, eleita prefeita de Lajes, em 1928, pelo Partido Republicano. Mas não terminou o mandato. A Comissão de Poderes do Senado anulou os votos de todas as mulheres.

Deputada federal - Em 3 de maio de 1933, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira mulher a ser eleita deputada federal. Ela participou dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935.

Senadora - A primeira mulher a ocupar um lugar no Senado foi Eunice Michiles (PDS-AM), em 1979. Suplente, ela assumiu o posto com a morte do titular do cargo, o senador João Bosco de Lima. As primeiras mulheres eleitas senadoras, em 1990, foram Júnia Marise (PRN-MG) e Marluce Pinto (PTB-RR).

Governadora - Em 1994, Roseana Sarney (pelo então PFL) foi a primeira mulher a ser eleita governadora, no Maranhão.

Ministra - A primeira mulher ministra de Estado foi Maria Esther Figueiredo Ferraz (Educação), em 1982. Hoje as mulheres não só estão à frente de vários ministérios como há uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Presidenta da República - Apesar do avanço feminino na política, o Brasil ainda não teve nenhuma mulher eleita presidente. Entre as ministras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está Dilma Rousseff (Casa Civil), cotada como possível candidata do PT à Presidência da República em 2010.

Desde o tempo das ´donzelas´, a busca por direitos iguais

Conheça algumas das principais feministas brasileiras cujos ideais atravessaram o século 20

Chiquinha Gonzaga - Francisca Edwiges Neves Gonzaga (1847 —1935), compositora e pianista brasileira. Primeira pianista de choro, autora da marcha carnavalesca *Ô Abre Alas* e primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil. Aos 16 anos, por imposição familiar, casou-se com um oficial da Marinha, mas, não suportando as ordens para ficar longe da música, foi embora e levando o filho mais velho. Aos 52 anos, apaixonou-se por um jovem de 16. Participou ativamente das campanhas abolicionista e republicana, e foi fundadora da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais.

Bertha Maria Júlia Lutz, filha do cientista Adolfo Lutz, nasceu em São Paulo em 1894. Estudante em Paris, trouxe para o Brasil ideais feministas. Foi fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino em 1922, após ter representado o País na assembleia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos EUA. Suplente de deputado federal em 1934, assumiu dois anos depois, mas perdeu o mandato no Estado Novo. Suas prioridades eram mudanças na legislação com relação ao trabalho feminino e infantil e igualdade salarial.

Pagu - Patrícia Rehder Galvão, a Pagu (1910 - 1962), escritora e jornalista brasileira, foi militante comunista e teve grande destaque no movimento modernista iniciado em 1922. Bem

antes de virar Pagu, apelido dado pelo poeta Raul Bopp, Zazá, como era conhecida em família, já era uma mulher avançada para a época, pois cometia *"extravagâncias"* como fumar na rua, usar blusas transparentes, manter os cabelos bem cortados e eriçados e dizer palavrões. Por seus ideais, acabou presa 23 vezes. Animadora e crítica cultural, é autora do romance *Parque Industrial*, publicado sob o pseudônimo de Mara Lobo.

Carmem da Silva – Jornalista brasileira nascida em 1919, Carmem Silva foi também psicanalista e uma das precursoras do feminismo no Brasil. Durante 22 anos ininterruptos, entre 1963 e 1984, redigiu a coluna A arte de ser mulher na revista Claudia, da Editora Abril. A coluna antecipou alguns dos debates que seriam depois encampados pelo discurso feminista no Brasil: o uso da pílula anticoncepcional, a inserção da mulher no mercado de trabalho e o divórcio, entre outros. Carmem morreu em 1985.

Margarida Maria Alves - Margarida Maria Alves presidia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB) quando foi assassinada a mando de latifundiários na porta de sua casa, em 12 de agosto de 1983, em razão de sua atuação corajosa em favor dos direitos dos trabalhadores rurais. Sua morte causou grande comoção dentro e fora do Estado, mas ninguém foi punido. Em homenagem a Margarida movimentos sindicais, especialmente os ligados às trabalhadoras rurais, e outros voltados aos direitos humanos, realizam anualmente a *Marcha das Margaridas.*

Leila Diniz – A atriz brasileira Leila Diniz (1945-1972) quebrou tabus de uma época em que a repressão dominava o Brasil, em pleno governo militar: escandalizou ao exibir sua barriga de grávida na praia (pois é, ninguém fazia isso....) e chocou ao falar abertamente sobre sexo, outro pioneirismo para uma mulher. Ousada, a atriz detestava convenções, o que a fazia ser malvista pela direita opressora, difamada pela esquerda ultrarradical e tida como vulgar por parcela de mulheres da época. Leila morreu num acidente aéreo no dia 14 de junho de 1972, aos 27 anos.

Rose Marie Muraro - (Rio de Janeiro, 1930). Formada em Física e Economia, é escritora e editora. Publicou livros polêmicos, contestadores e inovadores se considerados os valores sociais modernos. Nos anos 70 foi uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil.

As bancárias na vanguarda

Categoria foi a primeira a incluir na convenção coletiva cláusula sobre igualdade de oportunidades

A luta das mulheres bancárias por igualdade de oportunidades é antiga e marcada pelo pioneirismo. Uma das mais importantes conquistas veio há quase uma década: em 2000, as trabalhadoras garantiram na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) a inclusão de uma cláusula específica - Igualdade de Oportunidades -, instrumento oficial para coibir a discriminação nas relações de trabalho e na ascensão profissional, além de abrir caminho para a discussão de vários temas pertinentes ao universo feminino. A categoria foi a primeira a obter esta vitória em convenção.

A categoria, cujo contingente no Grande ABC está praticamente dividido entre homens e mulheres, também levou adiante campanhas para Relações Compartilhadas, chamando os homens à participação nas responsabilidades com a casa e os filhos, além das lutas contra o assédio sexual e moral, este último, hoje, disseminado em ambos os sexos. Recentemente, em conjunto com a federação dos bancos, a categoria bancária deu início ao estudo Mapa da Diversidade, um censo para detectar os diferentes perfis dos trabalhadores do sistema financeiro, com gênero, raça, opção sexual, deficiências etc. "É a partir do diagnóstico que novas políticas para estes grupos podem ser pensadas e reivindicadas pelo movimento sindical, sempre com o objetivo comum de propiciar igualdade", aponta a diretora sindical Inez Galardinovic.

Desigualdade – Entretanto há ainda muito que lutar para que as mudanças sonhadas atinjam as bancárias de maneira efetiva. Apesar da cláusula da CCT sobre igualdade ainda não é isso que se observa nos locais de trabalho. Dados de 2006 revelam que embora as mulheres ocupem quase 50% dos postos, não disputam com os homens de igual para igual as vagas que pagam os maiores salários. O levantamento mostra que 60% dos cargos cuja remuneração chega a até três salários mínimos são ocupados por profissionais do sexo feminino. A faixa dos trabalhadores que recebem mais de 20 salários mínimos é ocupada por apenas 26% das mulheres.

Mulheres nos bancos, uma história de muitos desafios

No início, bancos só contratavam para os cargos de escriturarias e datilógrafas

Atualmente, o setor financeiro é um dos que mais empregam mulheres proporcionalmente, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socieconômicos (Dieese). Mas essa conquista não foi fácil. As mulheres foram se inserindo aos poucos, inicialmente contratadas apenas para funções de escriturárias e datilógrafas.

O Banespa, por exemplo, só admitiu mulheres a partir de 1968 e somente para cargos inferiores ao de escriturário. No Banco do Brasil só foi permitido o ingresso em 1971. Mesmo tendo maior grau de escolaridade e existir essa equidade de gênero no setor financeiro, ainda existe a discriminação "camuflada", já que poucas mulheres conquistam cargos de chefia e os salários mais elevados, infelizmente, continuam sendo dos homens.

Presidentas - Apesar de tanta luta e das muitas conquistas femininas no mundo todo poucas instituições têm mulheres em seu comando. A Caixa Econômica é uma exceção: a funcionária de carreira da instituição, Maria Fernanda Ramos Coelho, assumiu como presidenta em 2006, após indicação do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Outro exemplo está no próprio Sindicato dos Bancários do ABC, que desde 2006 tem como presidenta a bancária da CEF Maria Rita Serrano, primeira mulher a ser eleita para o cargo nos 50 anos da entidade. Ela faz parte da diretoria do Sindicato desde 1994, quando assumiu a então Oposição Bancária.

Essa mulher

(Joyce/Ana Terra)

De manhã cedo, essa senhora se conforma
Bota a mesa, tira o pó, lava a roupa, seca os olhos
Ah. como essa santa não se esquece de pedir pelas mulheres
Pelos filhos, pelo pão
Depois sorri, meio sem graça
E abraça aquele homem, aquele mundo
Que a faz, assim, feliz

De tardezinha, essa menina se namora
Se enfeita, se decora, sabe tudo, não faz mal
Ah, como essa coisa é tão bonita
Ser cantora, ser artista
Isso tudo é muito bom
E chora tanto de prazer e de agonia
De algum dia, qualquer dia
Entender de ser feliz

De madrugada, essa mulher faz tanto estrago
Tira a roupa, faz a cama, vira a mesa, seca o bar
Ah, como essa louca se esquece
Quanto os homens enlouquece
Nessa boca, nesse chão
Depois, parece que acha graça
E agradece ao destino aquilo tudo
Que a faz tão infeliz

Essa menina, essa mulher, essa senhora
Em que esbarro toda hora
No espelho casual
É feita de sombra e tanta luz
De tanta lama e tanta cruz
Que acha tudo natural

SINDICATO DOS abc BANCÁRIOS - CUT

Presidenta: Maria Rita Serrano. Diretor de Imprensa: Ageu Ribeiro. Jornalista responsável e redação: Maria Angélica Ferrasoli (MTB 17.299). Estagiário: Fábio Munhoz. Sede: Rua Cel. Francisco Amaro, 87, Centro, Santo André, SP. CEP: 09020-250. Fone: (11) 4993-8299. Fax: (11) 4993-8290. Projeto gráfico: Interarte Comunicação. Impressão: NSA. Editado em março/2009. Tiragem: 1 mil. Site: www.bancariosabc.org.br. E-mail: imprensa@bancariosabc.org.br.

RUMO AOS 50 ANOS